

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.163 - CE (2019/0355457-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : FRANCISCO AURÉLIO DE BRITO PINHEIRO (PRESO)
RECORRENTE : ANTONIO DAVID RODRIGUES SEVERIANO
RECORRENTE : JOSE WELLINGTON MOREIRA RODRIGUES
ADVOGADO : SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS E OUTRO(S) -
CE019207
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO AURÉLIO DE BRITO PINHEIRO, ANTONIO DAVID RODRIGUES SEVERIANO e JOSE WELLINGTON MOREIRA RODRIGUES em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ que denegou o *writ* de origem, com a seguinte ementa (fl. 97):

EMENTA: HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. MODUS OPERANDI REVELANDO PERICULOSIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVANTES. IN APLICABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA ALEGANDO DEMORA NO INÍCIO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. QUESTÃO JÁ ANALISADA NO HC Nº 0627043-54.2019.8.06.0000. NÃO CONHECIMENTO NESSE PONTO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL.

1. Requereu o impetrante, a concessão de habeas corpus em favor dos pacientes, alegando constrangimento ilegal em razão da ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, bem como, excesso de prazo para a formação da culpa, em virtude de estarem presos há mais de 189 (cento e oitenta e nove) dias, sem que a instrução processual tenha se iniciado, com audiência de instrução designada somente para a data de 11/02/2020. Por fim, salientou que pacientes são primários, possuem residência fixa, ocupação lícita e bons antecedentes, além de não terem a intenção de fugir e de serem pais de crianças menores de idade, circunstâncias essas que conduzem à total possibilidade de substituição da medida constritiva pelas medidas cautelares diversas da prisão.

2. Pela leitura da decisão que indeferiu o pedido de relaxamento de prisão, verifica-se que as prisões estão devidamente fundamentadas nas disposições do art. 312 do Código de Processo Penal, mostrando-se necessária principalmente para garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do crime,

diante do *modus operandi*, revelando periculosidade de quem pratica crimes em ações que revelam contornos de criminalidade organizada, uma vez que fazem parte de um grupo criminoso, que subtraiu mediante arrombamento de um cofre e com abuso de confiança, R\$ 210.000,00 em espécie e R\$ 230.000,00 em cheques, da empresa "NORDESTE COMERCIAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS", no interior do CEASA em Maracanaú, bem como, aliciaram um adolescente, prometendo-lhe R\$ 1.000,00 para simular um carregamento no caminhão utilizado na ação.

3. Percebe-se, portanto, que a segregação cautelar dos pacientes encontra-se devidamente fundamentada, nos termos do art. 93, IX, da CF/88, lastreada em dados concretos, extraídos dos autos, notadamente como forma de garantir a ordem pública, em razão do *modus operandi* em que praticados os delitos.

4. Registre-se que, consoante entendimento já pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, as condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a decretação da prisão preventiva, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, bem como, não há que se falar em substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

5. Quanto à alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, vez que os pacientes estão presos há 189 dias e o início da instrução somente está marcada para 11.02.2020, melhor sorte não assiste à defesa dos Pacientes. Isso porque, a questão já foi analisada no habeas corpus nº 0627043-54.2019.8.06.0000, levado à sessão no dia 13.08.2019 de minha Relatoria.

6. Ordem parcialmente conhecida e denegada na extensão cognoscível.

Consta dos autos que os recorrentes foram denunciados pelos crimes previstos nos arts. 155, § 4º, I, II e IV, do CP, e 244-B da Lei 8.069/90.

Os recorrentes buscam a revogação da prisão preventiva, com a alegação de não estarem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e por excesso de prazo para o encerramento da instrução. Nesse sentido, requerem o provimento do recurso para revogar a custódia.

Na origem, processo n. 0007952-64.2019.8.06.0117, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 11/2/2020, conforme informações processuais eletrônicas obtidas em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Em consulta ao processo de origem no banco de dados do site desta Corte Superior, constatou-se que a matéria relativa ao excesso de prazo já foi apreciada nos autos do RHC n. 117.116/CE, interposto previamente pelos ora recorrentes, o

qual foi julgado em 22/10/2019.

Assim, por se tratar de reiteração de pedido, esse tema não será analisado neste recurso.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 62/67):

[...]. Compulsando os autos, **verifica-se que o crime de furto, ora investigado, se deu na forma qualificada, uma vez que houve rompimento de obstáculo, tendo sido, ainda, praticado em concurso de agentes, em número de 3 (três), com divisão de tarefa e uso de objetos para facilitar a empreitada criminosa, demonstrando, assim, a gravidade do delito.**

Ademais, observa-se que **o delito causou grave prejuízo de ordem patrimonial a vítima, que teve subtraído o valor de mais de 500 mil reais, em dinheiro e cheques.**

Quanto à periculosidade dos réus, **verifica-se que o acusado ANTONIO DAVID responde a um crime de roubo perante o Juízo da 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante-CE.**

Destaque-se, ainda, que, quanto aos outros acusados, a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e profissão definitiva por si só, não vão suficiente para afastar o decreto preventivo, conforme jurisprudência patria (STF - RHC - Rel. Sydney Sanches - RT 643/361; JSTJ 2/267).[...].

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento que nesse juízo inicial considera-se válido, pois evidencia a gravidade do crime, em razão das circunstâncias fáticas, haja vista que o crime foi praticado por três agentes, com rompimento de obstáculo, divisão de tarefas e causou prejuízo elevado à vítima, no importe de mais de 500 mil reais.

Além disso, foi apontado o risco de reiteração criminosa por parte do recorrente ANTÔNIO DAVID, pois responde a outro processo pelo delito de roubo.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito. Confirma-se: AgRg no HC 486.087/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 27/05/2019; AgRg no RHC 108.904/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 24/05/2019; HC 435.774/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 15/10/2018.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator